

ASSOCIATIVISMO JUVENIL E MEDIÇÃO POLÍTICA: AS TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DE SUAS ARENAS PÚBLICAS ATRAVÉS DA FTORJ E DA ANATORG

Bernardo Buarque de Hollanda

Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio, com pós-doutorado na Maison des sciences de l'homme (MSH-Paris), em 2009. Atualmente é professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e pesquisador do CNPq.

Rosana da Câmara Teixeira

Doutora em Antropologia (PPGSA-UFRJ). Pós-Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional (PPGAS- UFRJ, 2015-2016. Professora e pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

RESUMO

A proposta do artigo é apresentar, a contrapelo da monotemática da violência na pauta cotidiana da mídia, um panorama da cooperação futebolística e do associativismo juvenil no Brasil. A demonstração será feita com base na descrição de experiências concretas de criação de entidades representativas de torcedores. Amparados em elementos históricos, antropológicos e sociológicos, visa-se oferecer um painel do conjunto de iniciativas protagonizadas por lideranças de torcidas organizadas no país. A ação destes líderes e destas entidades pautou-se na busca pela superação dos níveis de intolerância interclubes, na procura pela representatividade entre seus associados e na tentativa de conquistar uma legitimidade frente aos demais atores do futebol, quer sejam dirigentes esportivos, profissionais dos meios de comunicação, corporações policiais,

entre outros. A metodologia ampara-se em observações da pesquisa de campo etnográfica e em entrevistas qualitativas, baseadas em um roteiro semiestruturado, realizadas pelos autores entre os anos de 2010 e 2014. O método permitiu o enquadramento da trajetória de algumas das lideranças mais representativas, possibilitando o entendimento dos sentidos e dos significados específicos atribuídos pelos mesmos à fundação de uma entidade defensora e mobilizadora dos direitos dos agrupamentos de torcedores no Rio de Janeiro – FTORJ, Federação de Torcidas Organizadas (2008) – e no Brasil – ANATORG, Associação Nacional de Torcidas Organizadas (2014).

Palavras-chave: Futebol; Associativismo Juvenil; Violência; Brasil contemporâneo

ABSTRACT

The purpose of this chapter is to present, in sharp contrast to the single theme of violence in the media daily agenda, an overview of the football cooperation and youth associations in Brazil. This will be done based on the description of concrete experiences in the creation of organizations representing the fans. Supported in historical, anthropological and sociological elements, we aim to offer a summary of the set of initiatives conducted by the leaders of organized fan clubs in the country. Their actions were grounded on the search for overcoming the inter-club intolerance levels, on the demand for representation among its members and on an attempt to gain legitimacy among other people who play roles in football, whether they are team managers, media professionals or police forces, among others. The methodology is based in observations collected in the fieldwork ethnography as well as in the qualitative surveys based in a semi-structured script, both conducted by the authors between 2010 and

2014. The method enabled the comprehension of the path of these leaders, which allowed for better understanding the senses and the specific meanings that they attributed to the foundation of an organization that defends and mobilizes the rights of the groups of supporters in Rio de Janeiro.

Key-words: Football; Juvenile Fandom; Violence; Contemporary Brazil

Introdução

O presente artigo tem por objetivo estudar os modos de cooperação de entidades associativas de torcedores de futebol profissional, existentes em âmbito estadual e nacional no Brasil. O propósito é entender as razões que levaram ao surgimento de tais associações, baseadas em princípios cooperativos e reivindicativos, ao longo do último decênio. Propõe-se que o contexto de transformações estruturais pelos quais vêm passando o profissionalismo futebolístico no país é um dos fatores explicativos para a criação de uma instância institucional de representatividade dos torcedores organizados brasileiros.

A proposta detém-se sobre uma experiência ocorrida em período recente: a Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ)¹, criada em 2008 e que continua em atividade nos dias de hoje. Foi ela uma das bases para o surgimento da Associação Nacional de Torcidas Organizadas do Brasil (ANATORG)², que existe desde o ano de 2014, em estreita parceria com o Ministério do Esporte. Uma das finalidades precípuas de tais agrupamentos é constituir uma força corporativa, com capacidade de interlocução frente aos demais atores do futebol: dirigentes de clube, dirigentes de federação, jogadores, profissionais de imprensa, autoridades governamentais e órgãos de segurança pública, entre outros.

¹ Veja-se o site da entidade em: <https://forj.wordpress.com/>

² Para maiores informações sobre o grupo, consultar: <http://www.anatorg.com.br/>

Argumenta-se que a reestruturação do futebol está no cerne da mobilização que resultou na FTORJ e, por extensão, na ANATORG. Ambas exemplificam a inserção do Brasil em uma agenda internacional de mudanças econômico-financeiras mais amplas e que dizem respeito tanto à espetacularização do jogo quanto à metamorfose dos clubes em empresas com finalidade mercantil.

O contexto europeu contribui para compreender a influência do associativismo juvenil que está no centro das ações dessas duas entidades torcedoras no Brasil. A proposta a seguir é dar a conhecer a entidade e seus personagens, por meio do acompanhamento dos relatos dos idealizadores dessas associações, a fim de entender as motivações e os discursos que embasam e justificam sua existência.

Para vivificar tais testemunhos, o artigo baseia-se em entrevistas de longa duração, coletadas de maneira sistemática entre 2010 e 2014. A série resultou na formação de um banco de dados em História Oral, com líderes de torcidas de futebol no Brasil, integrando o acervo do Museu do Futebol, na cidade de São Paulo. Ao “dar voz” às reivindicações dos atores, busca-se compreender as práticas e representações, bem como o universo material e simbólico de subculturas juvenis, nucleadas ao redor do futebol profissional de alto rendimento.

Tenciona-se aqui discutir a importância do associativismo juvenil na atual conjuntura brasileira, refletindo sobre as condições que tornaram possíveis a eclosão dessas associações, em meio a direitos e deveres crescentemente demandados pela sociedade e pelo Estado. Está em jogo a capacidade de traçar estratégias de negociação política de tais coletivos frente às instâncias de poder. Pela via institucional, almeja-se o reconhecimento das torcidas como atores sociais legítimos nas arenas públicas, quais sejam, fóruns de decisão com governos, entidades esportivas, secretarias de segurança, Ministério Público, Ministério do Esporte e imprensa.

Os dilemas e os desafios manifestam-se em pelo menos três níveis. No plano econômico, a comercialização dos espetáculos esportivos, com o encarecimento do preço dos ingressos e as crescentes dificuldades de frequência

às arenas; no plano jurídico, as sanções sofridas pelas torcidas organizadas por parte de órgãos da Justiça, não apenas com o banimento de determinados integrantes como mediante a proibição da existência legal das entidades torcedoras como um todo; no plano comportamental, a tentativa de controle, por parte das suas lideranças, do arrivismo entre os associados, com a diminuição da intolerância e do cultivo do ódio entre os grupos.

Sustenta-se dessa maneira que a experiência inicial da FTORJ, articulada entre 2008 e 2014, foi decisiva na atuação das lideranças cariocas e na sua participação em espaços de discussão apropriados, tais como universidades, audiências públicas e emissoras de televisão. O experimento desta entidade foi o início de um processo que contribuiu para o avanço de uma série de entendimentos. As articulações, por sua vez, estão na gênese do surgimento de uma associação maior, representada em nível nacional pela ANATORG.

O processo de formação da FTORJ dá subsídios para que se entendam mobilizações populares e ações coletivas ao redor do futebol. As reivindicações surgidas nas arquibancadas aproximam os torcedores de questões caras aos movimentos sociais e às lutas mais tradicionais do mundo do trabalho. Como seus desdobramentos ainda estão em curso, o acompanhamento aqui exposto será provisório. Ambiciona-se, não obstante, contribuir para uma compreensão mais qualificada e menos estereotipada das potencialidades contidas pelo associativismo torcedor no Brasil contemporâneo.

Da crise à gentrificação: a experiência europeia e sua influência no Brasil.

O cenário futebolístico europeu vindo sendo objeto de estudo nos últimos anos. As modificações gerenciais do esporte, que se converte de maneira exponencial em negócio e entretenimento, têm em contrapartida reações por parte de setores oriundos das plateias esportivas. No domínio do futebol de espetáculo, segmentos de torcedores vinculados a clubes tradicionais têm reagido às mudanças nas arquiteturas dos estádios e nas formas tradicionais de torcer. Seguindo uma retórica da tradição, observa-se o fortalecimento da subcultura internacional *ultra*, irradiada originalmen-

te da Itália nos anos 1970, e da sua luta contemporânea contra o chamado “futebol moderno”.

Dotada de uma protoconsciência política, parte expressiva dos *ultras* europeus integra movimentos reivindicatórios e se manifesta mais à esquerda, em contraponto a grupos ideológicos de torcedores xenofóbicos, com inspiração neofacista. O movimento *ultra* se une para questionar tanto o cerceamento às liberdades de manifestação popular nos estádios quanto para criticar os efeitos perversos da mercantilização esportiva.

Ainda na Europa, estudos acadêmicos (BUSSET et. al 2014) demonstram a relação direta entre usurpação de tradicionais direitos nos estádios e um pacto de ações solidárias por parte de grupos marcados pelo antagonismo clubístico. No curso dos últimos vinte anos, a reforma da fisionomia das arenas esportivas foi prescrita pelos governos e implantada pelas ligas nacionais e pelos clubes, em consórcio com empresas patrocinadoras multimilionárias. O discurso do conforto e da segurança passa a ser um eufemismo para a gentrificação dos estádios. Esta forma de elitização, com especificidades de país a país, de estádio a estádio, de clube a clube, veio acompanhada de uma série de regulamentos, leis e aparatos tecnológicos de vigilância do comportamento torcedor.

Marcos regulatórios, somados a dispositivos de tecnologia, contribuem assim para que uma franja importante dessas agremiações tome consciência dos “costumes em comum”, para usar a expressão consagrada pelo historiador inglês E. P. Thompson (1998), em seus estudos de cultura popular tradicional. A defesa de uma agenda unificada contra o “futebol moderno” permitiu a constituição de uma identidade coletiva, forjada na dinâmica da interação social. Esta tem viabilizado a superação de inimizades e a arbitragem de rivalidades agonísticas interclubes.

A minimização de condutas beligerantes deve ser considerada ainda à luz do desenvolvimento de projetos de assistência social. Estes, desde os anos de 1990, vêm envidando esforços na prevenção da violência através da mediação sociopedagógica. Na Europa continental, uma gama de iniciativas tem se destacado, com alcance considerável junto às organizações torcedo-

ras, a exemplo do *Fanprojekt* alemão, do *Fan coaching* belga, do *Progetto ultra* italiano e do *Fanarbeit* suíço (BUSSET et. al 2014).

Embora se trate de experimentos pontuais, está-se diante da tentativa de encontrar alternativas ao modelo inglês, conhecido por seu cunho mais repressivo e elitizador (TREJO; MURZI, 2013). Ressalte-se a propósito que a repressão ao hooliganismo tem sido a pedra de toque do tratamento à violência em diversos países, incluindo o Brasil. Conforme mostra a pesquisadora Anastassia Tsoukala, métodos repressivos, semelhantes aos de combate ao terrorismo, têm sido empregados quando se pensa na elaboração de uma política anti-hooligans na Grã-Bretanha e, por extensão, no restante da Europa (TSOUKALA, 2009).

Na Inglaterra, a década de 1980 é marcada por ao menos duas grandes tragédias protagonizadas por fãs futebolísticos, com incidentes fatais e com repercussão midiática internacional. Em 1985, a final da Copa de Clubes da Europa assistiu à morte de cerca de quarenta torcedores italianos. O drama ocorreu na capital belga, Bruxelas, no estádio de Heysel, quando uma investida de adeptos do Liverpool ao setor da arquibancada ocupado por torcedores da Juventus deu início à fatalidade.

Poucos anos depois, em Sheffield, na Inglaterra, a superlotação do estádio de Hillsborough somou-se à invasão de um setor gradeado das tribunas por torcedores do Liverpool. Tal invasão levou à asfixia de centenas de presentes à partida, com a morte de noventa e seis pessoas.

Os incidentes deflagraram um “pânico moral” por parte da opinião pública contra as “hordas” de torcedores. Sanções no continente à circulação dos clubes ingleses desataram intensos debates na imprensa e no meio governamental. A busca por soluções enérgicas e imediatas fez com que o governo nacional anunciasse medidas de segurança, a fim de reverter a imagem negativa do país, exibida ao mundo naquele final dos anos 1980. O propósito era coibir a escalada das brigas e arrefecer a predisposição para os confrontos.

O Relatório Taylor (1990), elaborado por representantes do parlamento britânico, marcou uma nova etapa no controle da violência futebolística. Houve na ocasião o reconhecimento de que a responsabilidade devia ser

atribuída não apenas aos *hooligans*, mas igualmente à ineficácia da gestão policial e à precariedade das condições dos estádios, cuja infraestrutura precisava ser revista de maneira integral.

A revisão da dimensão arquitetônica dos estádios ocorreu no intervalo de uma década. A ação conjunta do Estado, da federação inglesa e dos principais clubes teve por consequência uma transformação radical do perfil do frequentador da primeira divisão do futebol nacional. Entre as mudanças ocorridas, podem ser mencionadas: a supressão dos alambrados em volta do campo; a obrigatoriedade das cadeiras numeradas; a prescrição de que o público passasse a assistir aos jogos sentados; a introdução de uma nova logística interna de monitoramento das arenas; e a melhoria dos acessos na chegada e na saída dos estádios, para permitir a evacuação rápida em caso de acidentes.

O conjunto de medidas gerou em um breve espaço de tempo uma ambiência bastante distinta da vivenciada até então. O novo cenário, com a instituição da exitosa *Premier League*, deu origem às arenas sem policiais em suas dependências. Em seu lugar, observou-se o advento dos *stewards*, vigias privados contratados pelo clube mandante e treinados especificamente para lidar com fenômenos de multidão. O projeto contemplou também um sistema judicial *anti-hooligan*, com punições mais eficazes, na estratégia de banir aqueles torcedores que cometessem atos violentos dentro e fora dos equipamentos esportivos.

Com o tempo, percebeu-se que a implantação desse modelo adquiriu não apenas uma conotação repressora como também um processo excludente mais perverso. Os estádios, convertidos em arenas multiuso, voltaram-se progressivamente para atender às demandas do consumo e da indústria do entretenimento, erradicando, ao menos à primeira vista, a figura indesejada do *hooligan*.

Do ódio à amizade: o surgimento da FTORJ

O associativismo torcedor pressupõe a capacidade de abstrair rivalidades vivenciadas de modo muito intenso pelos agrupamentos em seu coti-

diano. Os códigos de sociabilidade das torcidas organizadas se estruturam a partir de uma teia de relacionamentos que se orientam por identidades contrastivas, códigos masculinos de hombridade e valores morais. A passionalidade ao redor do clubismo é acionada pelas torcidas organizadas por meio de um padrão de conduta que salienta a capacidade de imposição do “respeito” – categoria nativa que sugere despertar o temor e o amedrontamento sobre o rival.

A dimensão passional é não apenas codificada como materializada pelas disputas físicas e simbólicas em torno de honra, poder e territórios. Qual a possibilidade de constituir alianças em face de tantos apelos de inimizade? Como construir o consenso em ambiente marcado pela memória coletiva de brigas, vinganças e mortes? De que modo impedir a reciprocidade dos ataques e dos seus mecanismos de retaliação?

No ano de 2008, lideranças das principais torcidas organizadas dos quatro grandes clubes do Rio de Janeiro contornaram essa espiral de violência e deram início a um diálogo que resultou na FTORJ. A finalidade imediata da entidade era impedir a extinção do direito de associação dos grupos. A federação de torcedores visava o estabelecimento de uma ajuda mútua entre as facções e a constituição de um canal de comunicação com as autoridades – em especial com policiais, juízes, secretários e ministros do esporte.

A FTORJ surgiu como iniciativa de líderes de torcidas rivais e construiu-se à revelia da animosidade entre os torcedores da cidade do Rio. Seus integrantes pertenceram a uma geração que vivenciou a explosão de confrontos nas arquibancadas cariocas no decorrer da década de 1990 e no primeiro decênio do presente século. Para tanto, a entidade inspirou-se nos lemas da ASTORJ, a Associação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro, entidade similar existente do início dos anos 1980, que chegou a ter doze anos de atividade (1981-1993).

Durante pouco mais de uma década, a ASTORJ obteve o direito a vinte e três salas no interior do Estádio Mário Filho (Maracanã). Estas permitiram inicialmente aos grêmios torcedores um espaço de sociabilidade entre os seus membros. Além de ser um local destinado ao armazenamento dos

instrumentos musicais, das bandeiras e das faixas, as salas das torcidas eram locais de encontro e lazer dos associados. Festas eram celebradas e, algumas vezes, contavam com a presença de integrantes de outras torcidas, sendo mais frequente a amizades entre torcedores de Vasco e Botafogo, de um lado, e Flamengo e Fluminense, do outro, conforme a própria disposição espacial do próprio estádio.

Nas dependências do Maracanã, a ASTORJ realizou reuniões regulares entre os seus membros e promoveu rodadas de negociação com o presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ). Em diálogo com esta associação de torcedores, a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e a SUDERJ – Superintendência de Esportes do Rio de Janeiro – conceberam em 1991 a criação do Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), que se tornaria uma referência para a polícia em termos nacionais.

Além disso, a ASTORJ protagonizou greves e boicotes contra o aumento do preço dos ingressos, em um momento histórico da vida brasileira em que a inflação corroía, dia a dia, semana a semana, o salário dos trabalhadores e das classes populares. No entanto, a entidade foi extinta em virtude da dificuldade de diálogo por parte das novas gerações de torcedores e em razão do recrudescimento das brigas e da inimizade entre os componentes dos grupos rivais (HOLLANDA et. al 2015).

Quase vinte anos depois da ASTORJ, a FTORJ apareceu no cenário esportivo com o desafio de retomar alguns princípios do entendimento mútuo entre agrupamentos adversários. O aparecimento da FTORJ representou o desafio de superar as desavenças históricas entre os mais numerosos núcleos de torcedores do Rio de Janeiro: as Torcidas Jovens.

Essas torcidas são um fenômeno dos estádios cariocas do final dos anos 1960. Nos dias de hoje, a despeito da concorrência de outros grupos, as quatro Torcidas Jovens – uma por clube – arrematam os maiores contingentes de torcedores da cidade. Elas situam-se tradicionalmente no setor atrás dos gols dos estádios e destacam-se entre as mais importantes, seja em termos de infraestrutura organizacional – salas e sedes – seja em número de sócios, seja em visibilidade obtida junto à mídia (TEIXEIRA, 2003).

Após a mobilização, a entidade conseguiu a adesão inicial de dez associações torcedoras vinculadas aos quatro principais clubes da cidade do Rio de Janeiro, a saber: Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco. Foram elas: a Botachopp, a Fla Manguaça, a Força Flu, a Força Jovem do Vasco, a Fúria Jovem do Botafogo, a Ira Jovem do Vasco, a Raça Rubro-Negra, a Torcida Jovem do Flamengo, a Urubuzada e a Young Flu.

A análise conjunta das narrativas dos seis líderes da FTORJ entrevistados pelos autores sugere algumas pistas de interpretação. A criação da entidade decorreu da iniciativa de um ex-presidente da Torcida Jovem do Flamengo, um dos grupos vistos como mais problemáticos do ponto de vista comportamental, segundo as autoridades e os próprios torcedores. A proposta era a união das torcidas frente a um cenário adverso, marcado por assassinatos, pelo endurecimento do destacamento policial incumbido de monitorar as torcidas e pelo processo de modernização dos estádios, em virtude dos megaeventos sediados no Brasil.

A realização da Copa do Mundo da FIFA em 2014 e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, exigiu tanto a adaptação das infraestruturas quanto a elaboração de um plano de segurança para a gestão do público, à maneira do que havia sido realizado na Inglaterra. As exigências normativas da FIFA implicaram em profundas mudanças fisionômicas das praças esportivas, sendo objeto de reforma e de construção. A tendência à elitização dos estádios se materializou, assim, na construção de arenas esportivas com menor capacidade de público e com aumento dos preços dos ingressos, decorrentes da elevação da demanda.

As suntuosas arenas foram construídas *pari passu* com a reforma de antigos estádios públicos, como o Maracanã, reduzido a um terço da capacidade original e adaptado para proporcionar mais o conforto ao público. Segundo a lógica vigente, orientada para atender ao perfil do espectador-consumidor, as torcidas organizadas se tornam atores sociais indesejáveis. Em seu lugar, um novo modelo foi erigido: o do sócio torcedor, atomizado e customizado em sua relação com o clube.

Vistas em conjunto, as mudanças implantadas nos últimos dez anos expressam um processo de exclusão de certas categorias de torcedores e

vêm produzindo disputas simbólicas sobre os significados do torcer (CURI, 2012). Do ponto de vista legislativo, o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/03), sancionado pela presidência da República do Brasil, afetou de maneira direta as torcidas organizadas. Os líderes destas passaram a ser responsabilizados criminalmente pelos danos provocados por seus membros, dentro e fora dos estádios.

Desde a sua implantação em 2003, o Estatuto tem sido alvo de críticas e controvérsias. Tem-se argumentado que o documento criminaliza o ato de torcer, especialmente o chefe de torcida, ao prever uma série de dispositivos de vigilância, monitoramento e controle. O surgimento da FTORJ pode assim ser entendido em reação ao enquadramento econômico e jurídico por que vem passando o futebol de espetáculo no Brasil contemporâneo.

A voz da arquibancada: descrição e análise dos relatos orais

Apresentado o contexto nacional e internacional em que se encontra o futebol profissionalizado, passemos agora aos discursos e às narrativas colhidas na interação com os representantes da entidade selecionada. Foram ao todo seis entrevistados, dos quais extrairemos os trechos a seguir, a maioria deles identificados pelos apelidos através dos quais são conhecidos: Noy e Kunta, do Botafogo; Zé Maria e Fábio Massa, do Flamengo; Frajola, do Fluminense; e João Paschoa, do Vasco³.

Conforme dito na seção anterior, o ato fundador da FTORJ resultou de um gesto inaugural e protagonizado por um indivíduo-chave no meio torcedor. Segundo esta personagem, pertencente a um dos agrupamentos “mais temidos” e “odiados”, em virtude de série de episódios de confrontos e mortes envolvendo sua torcida, sua iniciativa, à primeira vista surpreendente, foi afinal decisiva para o início do diálogo.

³ No presente texto não foram usados pseudônimos já que os relatos aqui apresentados foram extraídos das entrevistas concedidas aos autores por lideranças das Torcidas Jovens cariocas que, inclusive, autorizaram a divulgação das mesmas no livro “A voz da arquibancada: narrativas de lideranças da Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro” (2015).

Abaixo, Zé Maria, em entrevista aos autores, rememora o evento de lançamento de sua ideia às outras lideranças:

“Em 2007, o Major Marcelo foi substituído pelo Major Busnello. Ele, oriundo do BOPE⁴, apresentava comportamento característico deste batalhão, não deixando ninguém contra argumentar o que ordenava. No início do seu comando, fizemos uma reunião na sede do grupamento com a presença de todas as torcidas e pedi aos presentes: - Vamos esquecer um pouco os rancores, vaidades e vamos nos unir? Com esse cara linha dura no comando, e nós separados e desorganizados, todo mundo vai acabar se fudendo. Se berrarmos juntos, teremos mais poder” (HOLLANDA et. al 2015: 92).

A proposição de um acordo por parte de Zé Maria surpreendeu a todos, pois se tratava de um inimigo comum, cuja torcida era um dos maiores alvos de ressentimento e antipatia entre os demais. Ao propor a trégua e a aliança, o gesto do controvertido torcedor possibilitou contornar inicialmente a desconfiança e o ódio nutridos ao longo de anos. Estes, à medida que os contatos se estabeleceram, foram-se transformando em confiança e camaradagem.

É o que revelam a seguir os depoimentos de líderes das torcidas do Botafogo e do Fluminense:

“Um de nossos maiores rivais, o José Maria da Torcida Jovem do Flamengo, levantou essa bandeira e teve a humildade de me ligar e dizer: - “A gente não se fala, mas é isso, isso e isso. Algo bom para nós...”. E por aí foi. Eu chamei o Vasco, eles convidaram o Fluminense e estamos tentamos levar adiante esse projeto. Não é fácil, mas continuamos em frente” (Noy, In: HOLLANDA et. al 2015: 48).

⁴ Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE).

“Mais tarde, o GEPE começou a atuar mais severamente nas imediações do campo e os conflitos extrajogo aumentaram. (...) Apesar da comunhão no projeto, as desconfianças pessoais demoraram a se diluir” (Frajola, In: HOLLANDA et. al 2015: 67).

“Naquele momento, eu tinha uma diferença com o Zé Maria, em virtude de acontecimentos passados que envolviam um amigo meu. (...) Dialogamos e ele me deu outra versão. Saí da reunião, passei na casa do meu amigo e pedi permissão para poder me relacionar com o Zé Maria. Hoje em dia, posso afirmar: – “Ele é melhor do que muita gente que estava do nosso lado. É um cara muito gente boa” (Kunta, In: HOLLANDA et. al 2015: 139).

A atitude de Zé Maria tem um efeito positivo e desencadeia um espaço para a discussão coletiva em torno de uma associação de torcidas organizadas, ato que parecia impensável para muitos. O acordo inicialmente é selado em uma reunião marcada em um bar no centro do Rio de Janeiro. Com a presença de dezenas de torcedores, o encontro lança as bases para a concretização da entidade. A palavra empenhada, mais que um documento escrito, simboliza o ato inaugural, com a honradez e a disposição para estabelecer um novo pacto entre os grupos torcedores.

O respeito acordado é o capital simbólico que garante a continuidade do projeto em comum. Este, pouco a pouco, permite transformar dissenso em consenso, suspeição em confiança, desunião em poder.

“Nasceu então a FTORJ, inicialmente desacreditada por todos. Com tempo adquirimos respeito e credibilidade com todos. Em termos práticos nos somos os mediadores entre os líderes. Não podemos trabalhar e agir no âmbito da punição em relação ao desrespeito daquilo estabelecido e acordado por todos. Essa atitude fere a honra e por questões relacionadas ao ego, com isso, todos têm cumprido aquilo que prometem” (Zé Maria, In: HOLLANDA et. al, 2015: 93).

No imaginário das torcidas, o gesto de Zé Maria foi interpretado como um sinal de “humildade”. Coube-lhe o reconhecimento do mérito de ter “levantado a bandeira”, justamente o indivíduo considerado pelos adversários, o mais “contaminado”, “poluído” e “perigoso”. Para Mary Douglas (1991), tais classificações são atribuídas àqueles considerados uma ameaça em uma dada estrutura social, pela crença que se têm no seu poder de destruição. No caso em questão, essas representações se relacionam ao fato deste torcedor pertencer a uma agremiação julgada pelas outras, incontrolável, devido aos inúmeros confrontos em que se envolveu e protagonizou ao longo de décadas, dentro e fora dos estádios. Assim, através de símbolos, cânticos e episódios concretos se disseminou a ideia de que os integrantes da Jovem Fla são “guerreiros” que, para defender sua torcida, não temem os danos físicos, nem a condenação moral. Em um ambiente marcado por desconfiças mútuas, os indivíduos aos quais se atribui a capacidade de promover a desordem, tornam-se ao mesmo tempo “símbolo de perigo e poder” (DOUGLAS, 1991, p.115). Por tudo isto, esta espécie de armistício proposta por Zé Maria foi reconhecida e valorizada pelos antigos oponentes.

O desafio seguinte foi convencer as bases torcedoras. Tratou-se de um passo difícil e problemático, talvez ainda hoje malgrado. Os integrantes das torcidas rivais questionaram de imediato a iniciativa e avaliaram-na com grande desconfiança, conforme relatam lideranças do Fluminense e do Vasco:

“Questionavam: -“Você está conversando com esse cara? É amigo dele?” (...). Após um ano e meio desde o registro da FTORJ, nós – os líderes – somos amigos e nossas famílias se conhecem. Antes não éramos adversários, e sim inimigos” (Frajola, In: HOLLANDA et. al 2015: 68).

“No Vasco, acham que ele é o diabo. Se tivessem dez dele na Força Jovem do Vasco, ela seria a maior do Brasil, indiscutivelmente. O cara tem cabeça, sabe se posicionar, mexer com as peças... É fantástico! (João Paschoa, In: HOLLANDA et. al 2015: 115).

O próprio idealizador da entidade, José Maria, sofreu duras críticas internas entre os flamenguistas. Sua proposta de união das torcidas organizadas desencadeou resistências por parte do seu grupo, conforme rememora em entrevista:

“Contudo, as bases resistiram bastante: - “Está maluco, Zé Maria? Vai se sentar ao lado desses caras?”. Todo mundo cresceu se odiando, mas não adianta continuarmos e amanhã ou depois vemos as organizadas todas fechadas” (Zé Maria, In: HOLLANDA et. al 2015: p.93).

Esses relatos permitem compreender o surgimento em 2008 da FTORJ como fruto da decisão de determinados indivíduos, marcados pelo envolvimento constante em brigas, por processos criminais e por um histórico de desavenças. O intuito de impedir a extinção dos grupos foi o marco zero que permitiu o avanço nos entendimentos. Estes evoluíram no sentido de forjar um movimento de pressão política e de participação na arena pública esportiva, com a amplificação de um processo de luta em benefício das torcidas.

Podem-se destacar pelo menos três alvos principais da mobilização nascente: a representatividade nas discussões dos atores do futebol; a continuidade no direito de incentivo aos seus clubes, com a produção da “festa” – categoria nativa – nas arquibancadas; e o reconhecimento junto aos demais torcedores, com a recusa ao rótulo de meros consumidores do espetáculo futebolístico.

“A meta é poder brigar em nome das torcidas, do movimento das quatro. Fazer coisas em prol de nossas instituições. Somos muito cobrados, mas não temos benefício em nada. (...) Quem faz o espetáculo somos nós. Temos a nossa parcela na festa e não é pequena. Entretanto, não recebemos nada em troca e ainda somos desmoralizados pela imprensa. (...) Queremos apenas o reconhecimento que deveríamos ter” (Noy, In: HOLLANDA et. al, 2015, 48).

“A ideia de que precisamos agir em conjunto. Quando gritamos separados, vem o vento e leva a reclamação. A princípio, houve muita dificuldade porque diziam: - Eu não sento com fulano na mesma mesa” (Frajola, In: HOLLANDA et. al, 2015, 66-7).

“A ideia geral era debater os itens A e B do Artigo 39 do Estatuto do Torcedor, que define a responsabilidade civil e criminal dos membros de torcida” (João Paschoa, In: HOLLANDA et. al, 115).

“Ela é uma associação para as entidades, não para os componentes. E vem com o intuito de ser a voz das torcidas para que os direitos delas sejam revistos” (Kunta, In: HOLLANDA et. al, 2015, 139).

Nas passagens acima, os entrevistados se referem à Lei 10.671/03, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, em particular aos itens A e B do Artigo 39, segundo os quais:

“A. A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar a violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 3 (três) anos. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010). B. A torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento” (Lei nº 12.299, de 2010).

Com base nessas passagens, cabe encerrar esta seção com algumas considerações de ordem mais geral. Junto ao universo jurídico, a mediação constitui um fenômeno sociocultural que produz interações e trocas. Ele é responsável por criar canais de comunicação, através dos quais fronteiras

mais estanques podem ser cruzadas. Desse modo, mediação pressupõe relação, conexão, vínculo e se estabelece no intuito de superar divisões (Velho e Kuschmir, 2001).

Em princípio, o torcedor do Flamengo, Zé Maria, criticado por muitos, poderia ser considerado o mediador mais improvável. A proposição de um acordo em nome de interesses maiores das associações acaba, no entanto, por tocar os rivais. Estes dão-lhe respaldo e acolhem o desafio, vindo na sua atitude um gesto honrado. Com o status angariado, Zé Maria passa a atuar externamente como legítimo representante da federação recém-criada. Ganha “respeito” – outra categoria nativa importante – e torna-se assim o primeiro presidente da entidade.

A mediação não deve ser interpretada como uma qualidade “natural” de certos indivíduos, conforme exemplifica o caso de Zé Maria. É mister, pois, relacionar mediação com situações de mudança social, política e cultural. Os momentos de crise também são capazes de explicar a eclosão da figura do mediador. Ao estabelecerem a comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, tais mediadores tornaram-se agentes de transformação, cuja atuação tem o potencial de alterar fronteiras, com o seu ir e vir, transitando com informações e valores.

Conforme pondera o antropólogo Celso Castro (2001):

“... nem eles estão ‘predestinados’ a exercerem esse papel (numa dimensão individual/psicológica), nem eles estão ‘determinados’, em primeira ou mesmo em última instância, a exercerem esse papel, por forças socioeconômicas. Ou seja, em alguma medida, esses indivíduos *querem agir como mediadores*, e seguem um *projeto* individual em parte. É claro que, em muitos casos, faz parte da construção do próprio papel do mediador colocar em segundo plano ou mesmo negar essa dimensão de desejo, de vontade” (CASTRO, 2001: 211).

No clássico *Ensaio sobre a dádiva* (2003), Marcel Mauss analisa as modalidades de troca nas sociedades arcaicas e sustenta que a tríplice obrigação

do dom – dar, receber e retribuir – constitui a base da teoria da dádiva. Esta permite compreender por que os bens produzidos e trocados pelos membros não são apenas materiais. Trata-se, em especial, de um mecanismo de ordem simbólica.

O sociólogo francês demonstra, de modo exemplar, que o valor dos objetos materiais não é superior à dimensão afetiva das relações interpessoais. A vida social é um sistema de prestações e contraprestações. Estas, por seu turno, compelem os indivíduos à reciprocidade. Na experiência das práticas sociais, Mauss assinala ainda seu caráter ambivalente, pois as ações coletivas pressupõem a ilusão de que os indivíduos gozam de certa liberdade para entrar e sair do sistema de obrigações morais.

Allan Caillé (1998), na esteira do pensamento maussiano, defende a pertinência da teoria da dádiva na atualidade. Seu modelo interpretativo é útil para pensar os fundamentos da solidariedade e da aliança nas sociedades complexas. Estas são informadas tanto pelo individualismo, que supõe ações, regras e instituições derivadas de cálculos mais ou menos conscientes e racionais formulados pelos indivíduos, quanto pelo holismo, que pretende ser a ação – dos indivíduos, dos grupos e das classes – proveniente de uma totalidade *a priori* existente.

Para Caillé, tal modelo dá margem a um terceiro paradigma, que contribui para uma leitura da associação entre os indivíduos. Estes interagem com base no risco e na liberdade. Isto significa que o valor da confiança não pode nascer dos contratos jurídicos e meramente formais. Ao contrário, ele deriva da expectativa mútua dos envolvidos em um projeto associativo. Pressupõe-se que o parceiro da troca devolva a amizade e a solidariedade e não a traição, que fundamenta a relação.

A FTORJ e a busca pela legitimidade em âmbito nacional

Descrito o surgimento da entidade e analisadas as falas de seus personagens principais, vamos passar nesta seção à atuação da FTORJ em âmbito nacional e à sua interação em nível institucional. Em uma visada cronológica, pode-se dizer que a estreia da Federação na arena pública ocorreu duran-

te a realização do I Seminário Nacional de Torcidas Organizadas, promovido pelo Ministério do Esporte, na cidade de São Paulo, nos dias 4 e 5 de julho de 2009.

“Definida a base, criamos uma diretoria às vésperas do I Seminário de Torcidas Organizadas em São Paulo, pensamos: - “Vamos nos apresentar como federação?”. Dentro do seminário, o ministro do Esporte, Orlando Silva, falou: - “Eu quero receber a FTORJ. Falem sobre os problemas do Estatuto do Torcedor”. E todo mundo nos apoiou. Saímos de lá dizendo: - “Meu Deus, não podemos parar, precisamos nos oficializar” (Frajola, In: HOLLANDA et. al 2015: 67-68).

Na sequência, já reconhecidos como entidade federada, foram convidados pelo então ministro do Esporte, Orlando Silva, para uma reunião em Brasília. Esta foi a primeira oportunidade de a FTORJ formalizar as críticas das torcidas organizadas a inconsistências verificadas no Estatuto do Torcedor.

A avaliação positiva do seminário, bem como do encontro com o ministro, estimulou os líderes da entidade a dar continuidade a suas ações. Ao longo do segundo semestre de 2009, realizaram reuniões semanais, criaram um estatuto e definiram o rodízio nos cargos administrativos, contando com a orientação jurídica de dois membros da associação formados em Direito.

Para a gestão operacional, a FTORJ conseguiu ainda a participação de uma representante feminina, Camila, torcedora pertencente à torcida Raça Rubro-Negra, maior torcida organizada do Flamengo, com sessenta mil associados. A jovem criou o símbolo da entidade e assumiu a incumbência de gerir o site da FTORJ.

Se as ações das lideranças foram decisivas, igualmente importante foi o entendimento político do Ministério do Esporte. Uma das medidas ministeriais consistiu na criação da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos, em 2004, por meio de decreto exarado pela presidência da República. No contexto dessa comissão foi pro-

duzido um relatório, em articulação com o Ministério da Justiça, intitulado: “Preservar o Espetáculo, Garantindo a Segurança e o Direito à Cidadania” (KLEIN, 2006).

Tal relatório prevê a realização de reuniões plenárias com especialistas em segurança no esporte e com representantes de torcidas organizadas. A despeito de não considerar a participação das torcidas nos grupos de trabalho previstos para dar sequência às medidas propostas, as reuniões simbolizam a entrada destes atores sociais na esfera governamental. O documento contempla visitas técnicas a estádios e se debruça sobre a legislação de diversos países. O texto faz referência ainda ao Relatório Taylor (1990) e reconhece a necessidade de transformar as praças esportivas, tal como fez o futebol britânico. Em que pese a preocupação do governo em salvaguardar a segurança nos estádios, a ressalva que se faz ao referido documento é o de que desconsidera as contradições e controvérsias suscitadas pelo modelo elitizador adotado na Grã-Bretanha.

A mobilização da FTORJ ao longo dos primeiros anos desta década se fortaleceu e ganhou novos contornos institucionais após a viagem de intercâmbio à Alemanha, em março de 2014. O convite foi feito pelo Programa Setorial Esporte para o Desenvolvimento (Sport Für Entwicklung), da Agência Alemã de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), por encargo do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ).

As duas semanas de visita na Alemanha ocorreram no período de 24 de março a 04 de abril daquele ano. A extensa comitiva brasileira foi composta por representantes do Ministério do Esporte, da Secretaria Nacional de Juventude, das Secretarias Estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo, das Secretarias Municipais de Fortaleza e do Rio de Janeiro, e das torcidas organizadas.

Entre essas, participaram oito associações: Cearamor (Ceará), Jovem Garra Tricolor (Fortaleza), Leões da Torcida Uniformizada (Fortaleza), Dragões da Real (São Paulo), Sangue Jovem (Santos), Young Flu (Fluminense), Força Jovem (Vasco da Gama) e Torcida Jovem do Flamengo. Estes três úl-

timos eram membros da Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ).

Por fim, da academia foram convidados dois pesquisadores: a professora Rosana da Câmara Teixeira, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e o professor Felipe Soares, da Universidade de Sorocaba (UNISO).

A jornada se estendeu por cinco cidades alemãs: Augsburg, Berlim, Dortmund, Dusseldorf e Mainz. A programação consistiu em encontros com os representantes locais dos *Fanprojekte* (torcedores, pedagogos sociais, assistentes sociais, entre outros), autoridades do governo alemão, especialistas em segurança e, com Michael Gabriel, diretor da KOS (Centro de Coordenação dos Projetos de Torcidas). Outro item importante do programa foram as visitas aos estádios (TEIXEIRA, 2014).

Deve-se observar que a excursão à Alemanha se deu no primeiro semestre de 2014, coincidindo com o ano da Copa do Mundo no Brasil. Durante o Mundial, a agência alemã GIZ promoveu um encontro no Rio de Janeiro com os participantes da viagem de intercâmbio. No Rio, representantes de torcidas organizadas brasileiras estiveram ao lado de membros dos *Fanprojekte*, do diretor da KOS e de pesquisadores brasileiros. Em conjunto, deram continuidade ao encontro inicial na Alemanha e discutiram as possibilidades de desenvolver um trabalho de cunho sociopedagógico no Brasil.

O desenvolvimento dos *Fanprojekte* na Alemanha e a defesa de um trabalho de cunho social e pedagógico junto às torcidas sinalizaram para atuações que procuram combinar a necessidade da repressão com medidas mais inclusivas de prevenção e de integração. A modernização dos estádios alemães não lhes retirou sua ambiência festiva, proporcionada pelas bandeiras multicores e pelos gigantescos mosaicos. Os resultados positivos, por sua vez, vêm inspirando propostas semelhantes, a exemplo das já mencionadas na Bélgica, na Itália e na Suíça (TEIXEIRA, 2014).

O contato com a experiência alemã acabou por repercutir na elaboração de diretrizes e documentos, fomentando a mobilização torcedora que culminou na fundação da Associação Nacional de Torcidas Organizadas. O ato fundacional ocorreu durante o III Seminário Nacional de Torcidas Or-

organizadas, promovido mais uma vez pelo Ministério do Esporte, em dezembro de 2014, na cidade Belo Horizonte. O evento contou com a presença de representantes de 103 torcidas do país e encerrou-se com a celebração da ANATORG.

O processo de constituição de uma entidade nacional assistiu ao protagonismo dos membros fundadores da FTORJ. Estes desempenharam um papel importante na articulação de torcidas de todo o país. O destaque das lideranças cariocas se deu, especialmente, em decorrência da sua participação nos debates públicos e da sua presença orgânica na viagem à Alemanha. Nesta nova fase, outra liderança da FTORJ adquiriu proeminência e se constituiu como mediador legítimo junto ao governo federal.

Frajola, amparado por dois outros membros de torcidas organizadas do Rio, passou a integrar a câmara técnica temática sobre torcidas, o que lhe permitiu articular uma rede de torcedores em diversas regiões do Brasil. Três integrantes da FTORJ respondem ainda pelos cargos de vice-presidente financeiro, vice-presidente administrativo e vice-presidente de comunicação da respectiva entidade, em seu primeiro ano de existência.

“Fale conosco, e não sobre nós”: dilemas e perspectivas de uma associação nacional de torcidas organizadas no Brasil

Três anos depois da sua criação, em 2014, a ANATORG procura-se afirmar no cenário torcedor como um movimento aglutinador de diferentes torcidas nas diversas regiões do Brasil. Dentre os desafios enfrentados em sua recente caminhada está a ocorrência de confrontos entre torcidas organizadas que tendem a reforçar visões disseminadas no seio da sociedade brasileira de que se trata de grupos perigosos e condenáveis pelas suas atividades, o que prejudica a construção da sua legitimidade frente à opinião pública.

Por isso mesmo, a ANATORG vem se empenhando na realização de um trabalho de conscientização junto às bases torcedoras. Se por um lado, avança em suas negociações nos espaços públicos, conquistando o direito de «se fazer ouvir», através do diálogo com representantes do poder público, dos órgãos de segurança, dos clubes de futebol, pesquisadores, entre outros, por

outro, enfrenta resistências por parte de membros de torcidas organizadas que veem a sua atuação com desconfiança ou, ainda, por parte daqueles segmentos de torcidas engajados em episódios violentos.

Essa questão não é de fácil resolução. Incidentes ocorridos nos últimos anos revelam a complexidade do problema. No Campeonato Brasileiro de 2013, uma nova polêmica envolvendo as organizadas mobilizou os meios de comunicação e a opinião pública, em virtude dos fatos ocorridos na Arena de Brasília, durante as partidas entre Corinthians e Vasco da Gama; Flamengo e São Paulo; e, sobretudo, após o confronto (televisonado) entre torcedores do Vasco da Gama e do Atlético Paranaense nas arquibancadas da Arena Joinville, na última rodada do campeonato que deixou vários feridos.

Novas medidas de segurança foram então anunciadas pelo governo federal, além de multas, determinou-se a prisão de torcedores e a suspensão temporária de algumas torcidas. No ano de 2013, outros episódios ocorreram, sendo computadas trinta mortes (HOLLANDA, 2014). No ano de 2014, houve uma redução para 18 mortes, contudo, o pesquisador Maurício Murad atribui esta diminuição nos confrontos à pausa nos campeonatos nacionais por mais de dois meses em virtude da Copa do Mundo no país⁵.

Incidentes ocorridos em 2015, no Rio de Janeiro, apenas nos três primeiros meses do ano indicam que a situação é preocupante. Em fevereiro, a Young Flu (Fluminense) e a Força Jovem do Vasco se envolveram em uma briga, próximo ao estádio do João Havelange, conhecido como Engenhão, antes do clássico entre Fluminense e Vasco, pelo campeonato estadual, resultando na prisão de 99 pessoas e na apreensão de 19 menores. As torcidas envolvidas foram afastadas por um ano dos jogos de futebol em todo o território nacional. Outro grupo punido foi a Torcida Jovem do Flamengo em virtude de um episódio ocorrido no dia 31 de janeiro no estádio Cláudio Moacyr de Azevedo.

⁵ Em entrevista, Murad afirmou que 17% dos torcedores brigões são reincidentes e a maioria das mortes é por tiro e espancamento, nessa ordem, revelando “o baixo preparo da polícia, a impunidade e a baixíssima fiscalização”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/esportes/brasil-o-recordista-de-mortes-por-cao-do-futebol-14923352>

Segundo Hollanda (2014), os enfrentamentos protagonizados pelas torcidas organizadas no interior dos estádios em 2013 contesta a expectativa de que as novas arenas iriam contribuir para impedir os seus comportamentos belicosos e antidesportivos. Os dados obtidos através de pesquisa realizada com integrantes de organizadas sobre o novo Maracanã apontam ainda que os mesmos vão em conjunto até as imediações do estádio, embora não ingressem nas arquibancadas, contrariando o pressuposto de que puro e simples aumento do preço do ingresso impedirá por completo os problemas relacionados a comportamentos violentos no futebol.

Esses episódios evidenciam, assim, que apenas um tratamento represor e punitivo não será capaz de produzir mudanças no enfrentamento da situação. A repressão e a punição precisam ser articuladas a ações de caráter propriamente preventivo, exigindo uma outra abordagem do problema envolvendo as contribuições de diferentes atores sociais: representantes do poder público, clubes de futebol, pesquisadores e, fundamentalmente, a participação dos próprios torcedores como gestores das ações.

Ao invés de um inexorável processo que levará à extinção das torcidas organizadas, talvez estas estejam diante de uma oportunidade histórica de reinvenção e transformação na busca de alternativas através da Associação Nacional de Torcidas Organizadas. As experiências acumuladas pela FTORJ e sua atuação em diferentes instâncias nos espaços públicos sinalizam que somente o engajamento efetivo dos próprios torcedores em um amplo processo de discussão poderá produzir frutos.

Os desafios são inúmeros, contudo, as ações coletivas empreendidas parecem ser capazes de lançar um novo olhar para estes agrupamentos e viabilizar sua condição de ator legítimo nas discussões em torno da construção de políticas públicas de prevenção da violência e no debate a respeito do processo de elitização em curso, se posicionando contra o “futebol moderno” e, sobretudo, em um jogo no qual está em discussão, sua própria existência.

Do mesmo modo que observamos no caso da constituição da FTORJ, a fundação da ANATORG contou com a mediação política exercida por certos indivíduos na busca da aliança e do pacto associativo. Assim, o associati-

vismo em suas diferentes faces pode ser interpretado como resultante das solidariedades e alianças concretas efetivadas pelos atores sociais através de suas vivências coletivas nas redes de pertencimento das quais fazem parte. Os mediadores desempenharam, portanto, um papel fundamental no “circuito de prestações e contraprestações” (MAUSS, 2003) viabilizando a constituição do pacto coletivo, empenhando-se em promover aproximações em um universo de contrastes, oposições e assimetrias. Ao se atribuírem a difícil missão de conciliar grupos divididos pelo passado de desavenças, tais mediadores concentraram esforços no estabelecimento de consensos mínimos em nome de um bem maior: a sobrevivência das entidades.

Nesse percurso mobilizaram sentimentos socialmente valorizados pelas torcidas organizadas, regulados pelos códigos de masculinidade em vigor, como o respeito à palavra dada e o orgulho cultivado por honrar um compromisso, tornando-se, portanto, dignos de confiança. Conforme demonstrou Mauss (1979, p. 147) “uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados por manifestações não espontâneas e da mais perfeita obrigação”.

A partir deste acordo inicial, os grupos passaram a definir termos e estratégias de ação para dialogar com as autoridades (HOLLANDA et. al, 2015). Todavia, as entidades, a despeito de seus esforços, se veem permanentemente desafiadas pelas ambiguidades e contradições características das relações entre torcidas organizadas e, entre estas e o poder público. Portanto, a permanência dessas organizações torcedoras na produção do espetáculo futebolístico dependerá, em parte, da capacidade de tornarem permanentes as alianças estabelecidas, consolidando os acordos firmados.

Conclusão

O Brasil é considerado um dos países com os mais altos índices de confrontos fatais entre torcedores. A escalada de fatalidades alarma a opinião pública desde pelo menos o ano de 1988, quando um crime premeditado vitimou o fundador e líder de uma expressiva torcida organizada na cidade de São Paulo. A partir de então, mais de duas centenas de mortes já foram com-

putadas pela crônica esportiva especializada. Depois da condenação moral por parte dos meios de comunicação de massa, uma espécie de cruzada contra as torcidas organizadas se coloca na agenda desde 1995, com a conhecida “batalha campal do estádio Pacaembu”. Os últimos vinte anos têm assistido assim à intensificação do cerco punitivo aos agrupamentos de torcedores.

Nesse intervalo de duas décadas, iniciativas do Ministério Público vêm procurando lidar com a situação por meio de medidas de interdição jurídica e por intermédio de atos de extinção legal das entidades torcedoras. O efeito esperado, no entanto, ainda parece longe de ser atingido. Leis de cunho repressivo, como o Estatuto do Torcedor e o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – também têm sido aplicadas, com resultados igualmente duvidosos e questionáveis.

A proposta deste artigo foi a de apresentar, a contrapelo da monotemática da violência na pauta cotidiana da mídia, um panorama da cooperação futebolística e do associativismo juvenil vivenciado no Brasil nos últimos anos. Isto procurou ser feito com base na descrição de duas experiências concretas de entidades representativas dos torcedores.

Visou-se oferecer um painel do conjunto de iniciativas protagonizadas por lideranças de torcidas organizadas no país. A despeito de inúmeros obstáculos, a ação destes líderes tem-se pautado na busca pela superação dos níveis de intolerância interclubes, na procura pela representatividade entre seus associados e na tentativa de conquistar uma legitimidade frente aos demais atores do futebol, quer sejam dirigentes esportivos, profissionais dos meios de comunicação e corporações policiais.

Destinada a um público em princípio não familiarizado com a problemática torcedora no Brasil, procurou-se fazer uma apresentação panorâmica, com um estudo de caso e uma análise de discurso focada depoimentos de seis lideranças de torcidas da cidade do Rio de Janeiro, responsáveis pela criação de uma entidade em âmbito estadual, a FTORJ, a Federação de Torcidas Organizadas do Rio.

A FTORJ nasceu em um momento crítico das associações de torcedores da cidade, com o recrudescimento de uma onda de conflitos e mortes entre

membros dos grupos rivais. Por iniciativa de lideranças das chamadas Torcidas Jovens, vistas como as mais críticas, em razão dos deliberados padrões de hostilidade e dos sistemáticos enfrentamentos grupais, uma reunião entre eles deu início à construção de um diálogo, coma postulação de um entendimento mínimo e de um projeto de reivindicação coletiva.

A metodologia amparou-se em entrevistas conduzidas pelos autores, entre os anos de 2010 e 2014. O método da História Oral permitiu o enquadramento da trajetória dessas lideranças. Os relatos possibilitaram o entendimento dos sentidos e dos significados específicos atribuídos à fundação de uma entidade defensora dos direitos dos agrupamentos de torcedores no Rio de Janeiro, base importante para a articulação de uma entidade em âmbito nacional, cuja atuação encontra-se em plena atividade e em direta interação com os demais partícipes do futebol profissional brasileiro.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Lei n. 10.671**, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.671.htm. Acesso em: 23 jul, 2016.
2. BUSSET, Thomas; BESSON, Roger; JACCOUD, Christophe. (eds.). **L'autre visage du supportérisme: Autorégulations, mobilisations collectives et mouvements sociaux**. Centre International d'Étude Du Sport. Berne, Suisse: Peter Lang As, 2014.
3. CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n.38. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001.
4. CASTRO, Celso. Comentários. In VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (Orgs). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, pp. 205-212, 2001.
5. CURI, Martin. **Espaços da emoção: arquitetura futebolística, torcida e segurança pública**. 2012. 317 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2012.
6. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70; Perspectivas do Homem, 1991.

7. HOLLANDA, Bernardo Buarque de; MEDEIROS, Jimmy; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **A voz da arquibancada**: narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
8. HOLLANDA, Bernardo Buarque de. Torcidas, ultras e *hooligans*: paralelos da problemática torcedora no Brasil e na França. **Hooliganismo e Copa de 2014**. Organização Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Heloísa Helena Baldy dos Reis. Rio de Janeiro: 7 Letras, p.145-158, 2014.
9. KLEIN, Marco Aurélio. **Preservar o espetáculo garantindo a segurança e o direito à cidadania**: Relatório final da fase I da Comissão Paz no Esporte. Brasília: Ministério do Esporte e Ministério da Justiça, 2006.
10. MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. **Mauss**: antropologia/organizador da coletânea Roberto Cardoso de Oliveira. São Paulo: Ática, p.147-176, 1979.
11. MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
12. TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **Mediação de conflitos e políticas públicas de prevenção da violência**. Projeto de Pós-doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, 2014.
13. TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **Os perigos da paixão**: visitando jovens torcidas cariocas. São Paulo: Annablume, 2003.
14. THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
15. TREJO, Fernando Segura Millán; MURZI, Diego. Alternativas europeas comparadas de gestión de la seguridad y la violencia en los estadios de fútbol: tres enfoques y aplicaciones diferentes. ¿Qué se puede aprender? In: ZUCAL, J. G. (Comp.) **Violencia en el fútbol: investigaciones sociales y fracasos políticos**. Buenos Aires: EGodot Argentina. pp. 267-296, 2013.
16. TSOUKALA, Anastassia. **Hooliganisme en Europe**: sécurites et libertés publiques. Quebec: Athéna éditions, 2009.
17. VELHO, Gilberto.; KUSCHNIR, Karina. Apresentação. In VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (orgs). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, pp.7-11, 2001.